

## TERMO DE REFERÊNCIA

**FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO DOS  
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:  
FORMAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO E ASSESSORIA TÉCNICA  
(Modalidades: A,B,C)**

**Brasília  
Novembro 2011**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### **FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: FORMAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO E ASSESSORIA TÉCNICA**

A Fundação Banco no Brasil, no âmbito do Convênio 003/2007 MTE/SENAES - FBB, observando as disposições do art. 116 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº. 12.017, de 12 de agosto de 2009, da IN STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, torna público o Termo de Referência para apresentação de projetos, conforme parâmetros definidos neste instrumento. As propostas serão recebidas pela FBB até o dia 14 de dezembro de 2011.

#### **1. OBJETO**

**1.1** - O objeto deste Termo de Referência é a promoção de ações de formação e assessoria técnica para o setor da reciclagem dos resíduos sólidos, visando o fortalecimento das organizações sociais e produtivas dos catadores de materiais recicláveis, das suas formas de autogestão e dos empreendimentos econômicos solidários.

**1.2 - Objetivos específicos:** São objetivos específicos deste Termo de Referência:

- a) Realizar processos articulados de formação social, profissional, político e cultural dos catadores de materiais recicláveis organizados coletivamente, desde o plano local/comunitário até as esferas estaduais, regionais e nacional;
- b) Disponibilizar assessoria técnica para os empreendimentos autogestionários dos catadores visando a formalização dos empreendimentos e a melhoria das condições de trabalho e de renda;
- c) Estimular a formação de Redes de Cooperação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes e reconhecidamente em processo de

- autogestão pelos trabalhadores, bem como articular cadeias produtivas solidárias da reciclagem; e
- d) Identificar, registrar e apoiar o desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas às formas de organização coletivas dos catadores de materiais reciclados.

## **2. RESULTADOS ESPERADOS**

Com as ações de formação e assistência técnica e mobilização constantes do presente Termo de Referência, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Melhoria na capacidade técnica, produtiva, de gestão e de comercialização das organizações associativas ou cooperativadas dos catadores;
- b) Aumento da renda média dos catadores de materiais recicláveis organizados coletivamente em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES);
- c) Aumento de postos de trabalho nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) dos catadores de materiais recicláveis;
- d) Construção de metodologias diferenciadas para a formação e assistência técnica voltada para o setor da reciclagem, que reconheça e valorize a identidade do grupo/comunidade e respeite suas formas de organização; e;
- e) Realização de oficinas, seminários e outros eventos de mobilização, que discutam e proponham a construção de uma política nacional de fomento para os catadores de materiais recicláveis.

## **3. JUSTIFICATIVA**

Os Termos de Referência de 2009 e 2010 lançados publicamente apresentaram em sua justificativa o mapeamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) realizado, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entre 2005 e 2007, cerca de 22.000 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2.934 municípios brasileiros. Sobre o segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis, o SIES registra em sua base de dados a existência de 386 empreendimentos econômicos solidários que atuam no setor de serviços de coleta e reciclagem de materiais (1,9%).

O mapeamento apresentou ainda a configuração da organização social e produtiva dos catadores, sendo que, dos 386 empreendimentos constantes da base

do SIES, 52% são constituídos por grupos informais, 28,4% apresentam a forma associativa e 16,8% já alcançaram a forma cooperativada. Além da persistência da organização informal dos catadores, a precariedade da atividade revela-se igualmente no critério remuneração, uma vez que, em 85% dos empreendimentos, o valor médio da remuneração não alcança um salário mínimo. Por fim, importa registrar para essa configuração muito geral que a categoria dos catadores é predominantemente feminina, sendo 59% das trabalhadoras associadas ou cooperativadas neste campo de práticas econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Por intermédio do processo de mapeamento da economia solidária, pode-se perceber que os trabalhadores da economia solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão das suas iniciativas coletivas, desde a necessária busca da sustentabilidade e viabilidade das atividades econômicas que realizam. ‘

Na perspectiva do direito ao trabalho associado, a política de apoio e fomento ao segmento dos catadores exige a combinação de esforços em múltiplas direções, desde o acesso a linhas de crédito adequadas, assistência técnica, formação para a autogestão e fortalecimento institucional do associativismo e do cooperativismo na cadeia produtiva da reciclagem.

Neste sentido, as ações de formação e assistência técnica para o segmento dos catadores de materiais recicláveis, dado o processo de precarização que atravessa a história de vida e de trabalho dos seus participantes, devem fortalecer o potencial de inclusão social e de sustentabilidade das suas organizações produtivas, bem como a dimensão autonomizadora e emancipatória para os trabalhadores e trabalhadoras.

No âmbito do esforço intersetorial do Governo Federal para o fortalecimento das organizações produtivas dos catadores de materiais recicláveis, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, firmou parceria com a Fundação Banco do Brasil (Convênio SENAES nº 003/2007 – FBB), instituição que também desenvolve inúmeras ações voltadas para este setor, a fim de realizarem conjuntamente ações de apoio e fomento aos catadores/as de materiais recicláveis. Tal projeto foi batizado, no curso das suas ações iniciais, de Projeto Cataforte.

As atividades previstas neste Termo de Referência estão em consonância com as demais ações governamentais voltadas para o apoio e fomento ao segmento dos catadores de materiais recicláveis. O esforço inicial, deste modo, é o de contribuir para a articulação das políticas públicas existentes voltadas para o reconhecimento, apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários oriundos da organização dos trabalhadores/as do setor, visando a ampliação dos direitos sociais dos catadores de materiais recicláveis.

O Termo de Referência lançado em abril de 2009, previa inicialmente a execução de ações de formação e assessoria técnica para 19 (dezenove) Unidades da Federação: (AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO). Em setembro de 2010 foi publicado o segundo Termo de Referência que estabeleceu as diretrizes gerais para a execução de ações de formação e assistência técnica para a estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis, em 06 (seis) Unidades da Federação (AL, AM, DF, MS, PE e RN).

Registre-se que para o estado de Alagoas não houve proposta no primeiro Termo de Referência e os contratos firmados para execução no Distrito Federal e nos estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Pernambuco foram cancelados em função de problemas estruturais enfrentados pelas entidades proponentes. Em função destes cancelamentos, as metas foram redefinidas viabilizando a reinserção do Estado de Alagoas e a inserção do estado do Amazonas no segundo Termo de Referência.

Aqueles termos culminaram com a abertura de editais de chamamento público, havendo por consequência a contratação das entidades selecionadas.

Por este Termo de Referência pretende-se dar continuidade às ações iniciadas, incluindo ações de capacitação e de assessoramento técnico para grupos de catadores de materiais recicláveis de uma Unidade da Federação que não participou da primeira etapa e ações de capacitação e de assessoramento técnico complementar para aqueles grupos de catadores contemplados nos Termos de Referência de 2009 e 2010, com foco específico em logística na utilização de

caminhões e atuação em rede, por meio de editais de chamamento público, nas modalidades a seguir descritas:

**MODALIDADES DA AÇÃO:** Para a consecução dos objetivos acima delineados, o presente Termo de Referência estabelece operacionalmente as seguintes modalidades de ação:

MODALIDADE “A”	Processos sistemáticos de formação/qualificação social e profissional dos catadores/as de materiais recicláveis, referenciados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários dos quais participam, bem como a disponibilização de assistência técnica para o fortalecimento das formas de organização social, produtiva e autogestionária das suas organizações econômicas e sociais; Elaboração de Plano de Atuação em Rede; e Aquisição de EPI – Equipamentos de Proteção Individual.
MODALIDADE “B”	Capacitação dos catadores e suas lideranças, com foco em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, visando potencializar os resultados dos investimentos nos empreendimentos: <ul style="list-style-type: none"><li>• Formação 1.200 (um mil e duzentos) catadores em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede – módulo de formação de 20 horas;</li><li>• Formação das 168 (cento e sessenta e oito) lideranças dos empreendimentos contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE–Senaes, em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede - módulo da formação de aprox. 80 horas;</li><li>• Realização de 2 (dois) Encontros Estaduais, que consistem na realização de um processo de debate sobre Logística , atuação em Rede, benefícios e oportunidades advindas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com representantes dos empreendimentos contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE–Senaes.</li></ul>
MODALIDADE “C”	Assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE–Senaes, com foco específico em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, contemplando, dentre outras, as atividades de coleta, transporte e comercialização de material reciclável.

#### **4. ELEGIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES, COMUNS PARA AS MODALIDADES “A”, “B”, “C”.**

**4.1** - Poderão participar deste Termo de Referência as instituições privadas sem fins lucrativos e as Fundações de Apoio ao ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior e das Instituições com Educação Superior, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade:

- a) possuir no mínimo 3 (três) anos de existência legal;
- b) ter como objetivo regimental ou estatutário a realização de estudos, diagnósticos, formação e assessoramento técnico; e
- c) ter exercido, nos últimos três anos, atividades referentes à matéria objeto da parceria.

**4.2 – Condições de participação** - As instituições proponentes devem atender aos seguintes requisitos:

- a) fornecer declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, inclusive no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitida no ano de 2010 por três autoridades locais;
- b) apresentar comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.
- c) apresentar comprovante do exercício, nos últimos três anos, de atividades referentes à matéria objeto da parceria. Essa comprovação poderá ser efetuada mediante a apresentação de instrumentos similares firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, relatórios de atividades desenvolvidas, declarações de conselhos de políticas públicas, secretarias municipais ou estaduais responsáveis pelo acompanhamento da área objeto da parceria, dentre outras.

**4.3 – Impedimentos** - Será vedada a participação de entidade que incorra nas seguintes situações:

- a) tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, conforme o art. 6º, inciso II, da Port. 127, de 2008;

- b) esteja em mora, inadimplente com outros convênios ou contratos de repasse celebrados com órgãos ou entidades da Administração pública Federal, ou irregular em qualquer das exigências da Portaria nº 127, de 2008; e
- c) cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio, conforme o art. 6º, inciso VII, da Port. 127, de 2008.

#### **4.4 – Condição específica de participação para a MODALIDADE “C”: As instituições proponentes devem atender ao seguinte requisito:**

- a) Ter comprovada experiência de atuação Nacional com estrutura/representação em pelo menos 5 (cinco) dos seguintes Estados da Federação: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

Obs.: Para a execução das ações previstas na Modalidade “C” será selecionada apenas 01 (uma) proposta e a Fundação Banco do Brasil firmará Contrato ou Convênio com a Instituição proponente selecionada.

#### **5. – DA MODALIDADE “A”:**

Compreende Processos sistemáticos de formação/qualificação social e profissional dos catadores/as de materiais recicláveis, referenciados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários dos quais participam, bem como a disponibilização de assistência técnica para o fortalecimento das formas de organização social, produtiva e autogestionária das suas organizações econômicas e sociais; Elaboração de Plano de Atuação em Rede; e Aquisição de EPI – Equipamentos de Proteção Individual.

**5.1 Abrangência da Modalidade “A”:** As atividades formativas e de assessoramento técnico serão implantadas no Estado do Mato Grosso, abrangendo 200 (duzentos) catadores e no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo 400 (quatrocentos) catadores.

**5.2 Dos aspectos formais das propostas:** Nas propostas a serem apresentadas, a



instituição proponente deverá indicar as cidades de origem dos beneficiários, as cidades onde as atividades serão realizadas e a listagem preliminar dos empreendimentos econômicos solidários que serão beneficiários das ações.

A meta de educandos poderá ser ampliada a partir de parcerias realizadas com atores locais, seja com organizações reconhecidamente de catadores de materiais recicláveis, governos municipais e/ou estaduais, entidades da sociedade civil que atuam no campo da reciclagem de resíduos sólidos etc. Nestes casos, os aportes poderão proporcionar a ampliação da meta de educandos no território, do montante de recursos disponibilizados para assistência técnica, ou a constituição de novos módulos integrados ao projeto político pedagógico que articule formação e assistência técnica. Neste sentido, uma das características da ação é a de combinar formação e assistência técnica, pressupondo que o diálogo entre as duas políticas é indispensável para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, especialmente quando a perspectiva é a da construção de tecnologias sociais adequadas à articulação da cadeia da reciclagem dos resíduos sólidos e o fortalecimento das redes de cooperação dos catadores.

As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:

- I - descrição do objeto a ser executado;
- II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;
- III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pela contratante e a contrapartida prevista, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em Lei;
- IV - previsão de prazo para a execução; e
- V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.
- VI - a descrição das metas, atividades, metodologia e cronograma de execução, considerando os objetivos específicos do item 1.2 deste Termo de Referência.

**OBS:** A Fundação Banco do Brasil disponibilizará os modelos a serem utilizados na formulação da proposta.

**5.3. Público Prioritário:** Para as ações de formação/qualificação social e profissional, o público prioritário será constituído, prioritariamente, pelos catadores e catadoras integrantes dos empreendimentos econômicos solidários, formais ou informais.

Sugere-se que, na indicação dos beneficiários, as instituições proponentes busquem envolver os catadores e empreendimentos que acessaram recentemente políticas públicas de apoio e fomento do governo federal, nomeadamente às cooperativas e associações contempladas por ações dos Ministérios e órgãos públicos federais, como Funasa, BNDES, Caixa Econômica Federal, Petrobrás etc.

As ações de formação e assistência técnica deverão considerar a diversidade organizativa dos empreendimentos, podendo orientar-se, quando for o caso, para o fortalecimento da organização autogestionária do processo produtivo, formalização de empreendimentos, soluções direcionadas à viabilidade e sustentabilidade das associações e cooperativas de catadores e a articulação em rede e da cadeia produtiva da reciclagem no território.

Na seleção desses empreendimentos, sugere-se a priorização dos empreendimentos econômicos solidários que apresentam maiores fragilidades nas suas organizações coletivas com base no trabalho associado, especialmente os grupos informais e associações criadas recentemente, tendo em vista o objetivo de assegurar condições mais equânimes no setor e favorecer a construção da identidade coletiva do catador.

**5.4 Sistematização do Processo Formativo:** No âmbito das ações de formação e assistência técnica com os catadores de materiais recicláveis, o processo de sistematização é compreendido como parte do percurso formativo e como alimentador sistemático de ações socioeconômicas, políticas e culturais. Trata-se de um processo pedagógico que parte da construção coletiva de novos conhecimentos, propiciando conhecimentos organizados, analíticos e críticos sobre as experiências.

Neste sentido, espera-se que as instituições executoras integrem, aos projetos e planos de trabalho, ações para que sejam realizadas as seguintes atividades:

- a) Desenvolvimento e sistematização de conteúdos para serem socializados por meio de publicações específicas;
- b) Desenvolvimento e sistematização de metodologias de formação/qualificação social e profissional específicas para o segmento dos catadores; e
- c) Desenvolvimento e sistematização das tecnologias sociais adequadas à organização e à cultura dos catadores de materiais recicláveis, tendo em vista a identificação e multiplicação de soluções práticas para o processo produtivo dos empreendimentos.

## **5.5 Percurso Formativo**

**5.5.1** As atividades de formação/qualificação social e profissional serão desenvolvidas por intermédio de momentos presenciais (cursos temáticos) e atividades complementares à distância, assumindo-se, nesta perspectiva, os princípios da Pedagogia da Alternância. O percurso formativo deverá contemplar a carga-horária mínima de 128 horas-aula, sendo 96 horas presenciais e 32 horas de atividades complementares à distância.

**5.5.2 Os momentos presenciais** serão desenvolvidos em 06 (seis) módulos, com 16 horas-aula cada, devendo abordar temas como:

1. Histórico da atividade e do movimento social dos catadores;
2. A cidade reciclável (o catador e o território);
3. Organização do trabalho do catador;
4. Gestão, logística reversa, coleta em grandes geradores;
5. Diagnóstico dos principais desafios dos empreendimentos econômicos solidários dos catadores;
6. Políticas públicas de manejo dos resíduos sólidos;
7. Legalização/formalização do empreendimento coletivo autogestionário (cooperativa, associação etc.);
8. Reciclagem, Meio Ambiente e Sustentabilidade;
9. Planejamento estratégico e instrumentos para a gestão democrática de empreendimentos econômicos solidários;
10. O sistema e a cadeia produtiva da Reciclagem (a organização técnica e social do trabalho e gestão democrática dos resíduos);

11. A economia solidária e o trabalho do catador (autogestão e trabalho associado);
12. Redes de cooperação solidárias;
13. Democracia, poder e gestão social;
14. Desenvolvimento e transformação social;
15. A tecnologia social da reciclagem;
16. Logística da coleta seletiva;
17. Oficinas de inclusão digital e;
18. Políticas públicas e poder local (projeto de sociedade).

Os temas dos Módulos deverão ser definidos/priorizados levando-se em consideração os desafios e potencialidades das organizações sociais e produtivas dos catadores identificados no território, devendo obrigatoriamente combinar temáticas técnico-profissionais e elementos de educação política e cidadã.

**5.5.3 Referências Metodológicas – Pedagogia da Autogestão:** Para o campo da economia solidária, a SENAES elaborou, em 2005, o Termo de Referência em Economia Solidária para o PNQ (2003-2007), apresentando os horizontes metodológicos e curriculares para as ações de qualificação dos trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos solidários.

No âmbito dos atores da economia solidária, o debate sobre a educação/formação dos trabalhadores/as avançou para um conjunto de diretrizes políticas e metodológicas que foram sistematizadas na 1ª Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária (MTE, 2006), contemplando os seguintes eixos:

- Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores/as envolvidos nos atos formativos autogestionários: valorização dos/as trabalhadores/as da economia solidária como pessoas dotadas de saberes e identidades socialmente construídas, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero.
- Valorização dos acúmulos, da diversidade e da pluralidade de iniciativas de formação em Economia Solidária: reconhecimento das diversas experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária e da educação popular, favorecendo a articulação e o intercâmbio

dessas iniciativas de organização da sociedade civil, das universidades, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos.

- Gestão participativa: participação ativa e consciente de representantes da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de fomento e assessoria e de rede de gestores públicos) na coordenação e na concepção político pedagógica dos CFES.
- Educação Popular: o processo de formação em economia solidária deve ser orientado pelos fundamentos, princípios, práticas e metodologias da educação popular, o que requer intercâmbio com organizações e redes que se constituem a partir dessa perspectiva educativa.
- Pedagogia da Alternância: deverão ser resgatados e valorizados os acúmulos da “pedagogia da alternância”, que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais.
- Intersetorialidade e complementaridade: articulação com outras ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: assessoria, incubação, assistência técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à ES, crédito e finanças solidárias etc.

Desta forma, a qualificação social e profissional é compreendida como uma “construção social” que expressa os conflitos inerentes aos mundos do trabalho e, portanto, como um campo de negociação entre os diversos atores sociais, tendo por objetivo o desenvolvimento estratégico em todos os níveis territoriais, articulando sustentabilidade social e ambiental. A qualificação profissional é entendida, nesta perspectiva, como elemento de ampliação da cidadania ativa, parte do processo de democratização do país e como um movimento cultural e ético que transforme as relações sociais e intersubjetivas.

A partir da integração “trabalho, educação e desenvolvimento”, a qualificação social e profissional em economia solidária deve almejar a promoção de ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, inserida em

um contexto emancipatório de inclusão e empoderamento. Esta dimensão pedagógica e metodológica afirma a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social.

Neste sentido, a metodologia para a qualificação social e profissional voltada para os trabalhadores/as da economia solidária, ou pedagogia da autogestão, precisa contemplar as seguintes diretrizes:

- Orientação pedagógico-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;
- Projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educandos uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- Construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sócio-política, metodológica e ético-cultural;
- Projeto de sistematização das atividades formativas.

**5.5.4 Formação de Formadores e Oficinas de Intercâmbio:** O percurso formativo do processo de qualificação social e profissional para os catadores de materiais recicláveis incorpora, como elemento estratégico para a efetividade das ações, a realização de atividades complementares constituídas por oficinas de formação de formadores e oficinas locais para aprofundamento temático e intercâmbio de experiências entre os empreendimentos econômicos solidários.

Tais atividades devem proporcionar a construção coletiva do conhecimento e reforçar o sentido de pertencimento à rede de formadores dos catadores e da economia solidária, articulando os diferentes grupos, associações e empreendimentos vinculados à cadeia produtiva.

As atividades propostas consideram momentos formativos de abrangência nacional e os realizados com os educadores nos próprios estados ou regiões. Nessas atividades, deverão ser abordados temas como: mobilização dos participantes, planejamento do processo de formação/qualificação dos educadores;

discussão do Projeto Político Pedagógico da ação; delineamento dos materiais didáticos; definição das estratégias de acompanhamento; o roteiro e os instrumentos para a sistematização do processo formativo.

Já as oficinas para intercâmbio de experiências e saberes serão realizadas diretamente nos estados ou regiões, com o objetivo prioritário de fortalecer os laços identitários dos atores do segmento e os elos entre os empreendimentos localizados no território, buscando a constituição de redes de cooperação, a articulação de cadeias para a produção e comercialização dos produtos. Neste processo, pretende-se igualmente identificar e fomentar as tecnologias sociais constitutivas ou potenciais dos empreendimentos dos catadores, que sejam apropriadas e controladas pelo coletivo de produtores imediatos.

As Redes de Cooperação Solidárias são compreendidas como articulações formais ou não formais entre EES para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade integrar uma cadeia produtiva, fortalecendo o desenvolvimento de suas atividades econômicas de produção (isto é, organizar e qualificar o processo de agregação de valor de um bem, produto ou serviço), para promover a comercialização solidária e o consumo coletivo de bens, produtos e serviços.

Havendo demonstração de interesse por parte das organizações dos catadores de materiais recicláveis, poderão ser abordados temas específicos ou desafios prementes dos empreendimentos, de maneira a possibilitar que educandos/a e educadores/as construam coletivamente mecanismos que fortaleçam suas formas associativistas e cooperativistas para a produção dos meios de vida. Como exemplos de temários que, a princípio, dialogam com a estratégia da organização social dos catadores, podemos mencionar: finanças solidárias (fundos rotativos e bancos comunitários); comercialização dos produtos; constituição de redes e cadeias etc.

As atividades de formação de formadores nacionais deverão possuir carga-horária de 40 horas. Já os momentos de FF estaduais e as oficinas de intercâmbio devem ser programadas contendo o mínimo de 8 horas-aula.

**5.5.5 Pedagogia da Alternância:** A Pedagogia da Alternância combina momentos formativos presenciais, durante determinado período no qual são realizadas as

atividades formativas, com momentos junto aos grupos, famílias e comunidades, cujos aprendizados são experimentados e seus resultados registrados para novos processos de reflexão e debate.

Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando outras pessoas do círculo familiar e da vizinhança. Ao mesmo tempo, as experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais. Essa estratégia incentiva a relação teoria-prática, bem como a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos coletivos por meio da utilização de conhecimentos e tecnologias apropriadas, que viabilizem o aumento da produção e a melhoria de renda, considerando o meio ambiente.

O documento preliminar de sistematização da experiência do PlanSeQ Ecosol 2006 <sup>(4)</sup> considerou, a esse respeito, que:

“A prática da alternância foi apontada como grande estimulador da apropriação de conhecimento por proporcionar ao educando uma experiência de aprendizagem processual e continuada que o torna sujeito de seu processo de aprendizagem. A experiência de registro, sistematização, experimentação e compartilhamento de saberes, desenvolvidas em grupos e individualmente, estimulam o educando a ordenar seus aprendizados e se posicionar frente a eles, fazendo escolhas e inferindo em sua realidade. Foi apontado também que a prática da alternância contribuiu para o aprimoramento da qualidade dos produtos desenvolvidos pelos educandos, pois permitiu que eles se apropriassem melhor de todo o sistema produtivo, aperfeiçoando seu conhecimento por meio do diálogo e experimentação com o outro.”

No âmbito do presente Termo de Referência estabelece-se como parâmetro para a programação do percurso formativo a destinação de, no máximo, 32 (trinta e duas) horas/aula para as atividades formativas consideradas como “tempo-comunidade”, articuladas às atividades consideradas “tempo-escola”, que possuem a carga horária mínima de 96 (noventa e seis horas).

(4) - PLANSEQ ECOSOL – Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária 2006 – Seminário nacional de Sistematização. De 01 a 05 de setembro de 2008. Brasília/DF. (Caderno de Apoio). pp.13-14.



**5.5.6 Conteúdos Específicos para a Economia Solidária:** Para além das temáticas anteriormente mencionadas para a construção do percurso formativo com os catadores de materiais recicláveis, a orientação curricular para a formação/qualificação social e profissional em Economia Solidária deve ser definida em função da realidade local, das necessidades e expectativas dos atores, do diagnóstico dos segmentos produtivos envolvidos, do perfil da população e da perspectiva desenvolvimento do território.

O empoderamento dos sujeitos implica na articulação entre processo pedagógico e organizativo, orientados por valores emancipatórios e constitutivos de uma cultura solidária. Trata-se de conferir sentido às relações e práticas materiais e sociais coletivas e democráticas, transformando as relações sociais e construindo as bases de uma alternativa política, ética e cultural.

Os conteúdos do universo temático da Economia Solidária são aqueles que contemplam o acúmulo histórico dos trabalhadores na organização de iniciativas econômicas fundamentadas na cooperação e na solidariedade. O presente Termo de Referência adota, para as ações de formação/qualificação social e profissional junto ao segmento dos catadores, os seguintes eixos estruturantes dos percursos formativos:

- Autogestão;
- Redes e Cadeias de Cooperação Solidárias; e
- Tecnologias Sociais Adequadas.

Estes conteúdos do universo temático da economia solidária devem, nas ações de formação, buscar uma integração efetiva na construção metodológica as experiências e os objetivos dos empreendimentos econômicos solidários participantes das ações.

**5.5.7 Material Didático:** As atividades de formação/qualificação social e profissional em economia solidária em geral, e para o segmento dos catadores em particular, devem levar em consideração as diferentes formas de linguagens que articulam o tecido social. Desde a fala, o diálogo, a escuta, as expressões artísticas em geral, a linguagem midiática, informacional etc.

As atividades formativas devem ser acompanhadas de materiais didáticos, coerentes com o percurso pedagógico adotado para a qualificação social e profissional dos empreendimentos participantes da ação. A esse respeito, considera-se que a construção do material didático de referência seja efetivada com a participação dos atores envolvidos, estando presente na pauta dos momentos de Formação de Formadores, ou por meio da realização de mini-oficinas para a elaboração do material didático.

Deve-se, igualmente, compreender os materiais didáticos como instrumentos que devem ser avaliados no processo de execução das atividades, lançando-se mão de quantos recursos forem necessários para possibilitar a efetividade do processo formativo. A construção do material didático para as ações de formação/qualificação social e profissional dos catadores de materiais recicláveis deverão garantir:

- a) a pertinência e coerência com os parâmetros e princípios político pedagógicos;
- b) a qualidade editorial, observadas as normas de revisão textual e de direitos autorais em qualquer mídia (impressos, CD, DVD etc.); e
- c) a diversidade dos materiais, privilegiando a diversidade de mídias e linguagens;

Espera-se, finalmente, que todos os materiais ou recursos pedagógicos elaborados e utilizados no âmbito das ações definidas pelo presente Termo de Referência atentem para as questões de gênero, raça, etnia etc., enquanto instrumentos democráticos de inclusão social e cidadã. Igualmente, espera-se observância à cultura regional, suas formas características de expressão artística e simbólica.

**5.5.8 Certificação:** Os participantes das atividades de formação/qualificação profissional deverão receber, por meio das instituições executoras, certificados de participação por módulo ou atividade complementar.

Será considerada, para efeito de seleção das propostas, a apresentação de termo de parceria com instituição pública de educação técnica e profissional, a exemplo dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, e universidades públicas existentes no território, ou apresentação de documentação que comprove a

capacidade institucional da executora para a certificação de ações de qualificação social e profissional.

**5.5.9 Equipamentos de Proteção Individual – EPIs:** Os Equipamentos de Proteção Individual, denominados EPIs, objetivam proteger a pessoa contra riscos à sua saúde ou segurança durante o exercício de sua atividade.

- Os EPIs podem dividir-se em termos da zona corporal a proteger:
- Proteção da cabeça : capacete;
- Proteção auditiva: Abafadores de ruído (ou protetores auriculares) e tampões;
- Proteção respiratória: Máscaras; aparelhos filtrantes próprios contra cada tipo de contaminante do ar: gases, aerossóis por exemplo;
- Proteção ocular e facial: Óculos, viseiras e máscaras;
- Proteção de mãos e braços: Luvas, feitas em diversos materiais e tamanhos conforme os riscos contra os quais se quer proteger: mecânicos, químicos, biológicos, térmicos ou elétricos;
- Proteção de pés e pernas: Sapatos, botinas, botas, tênis, apropriados para os riscos contra os quais se quer proteger: mecânicos, químicos, elétricos e de queda;
- Proteção contra quedas: Cintos de segurança, sistemas de paraquedas, cinturões.

Os kits a serem adquiridos deverão:

- a) observar às peculiaridades de cada associação ou cooperativa de catadores, conforme a atividade que desempenham de modo que os meios e dispositivos protejam contra um ou vários riscos simultâneos. Entre esses dispositivos, a título de exemplo, podem ser considerados: uniformes, botas, calçados, luvas, máscaras, capacetes, protetores auriculares, dentre outros tipos de EPIs;
- b) Os EPIs a serem adquiridos devem observar a legislação nacional básica sobre EPIs, que é a Norma Regulamentadora No. 6 (Equipamento de proteção individual), aprovada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 06/07/78 e atualizada pelas portarias:

- Portaria SSMT n.º 06, de 09 de março de 1983 14/03/83
- Portaria DSST n.º 05, de 28 de outubro de 1991 30/10/91
- Portaria DSST n.º 03, de 20 de fevereiro de 1992 21/02/92
- Portaria DSST n.º 02, de 20 de maio de 1992 21/05/92
- Portaria SSST n.º 26, de 29 de dezembro de 1994 30/12/94
- Portaria SIT n.º 25, de 15 de outubro de 2001 17/10/01
- Portaria SIT n.º 48, de 25 de março de 2003 28/03/03
- Portaria SIT n.º 108, de dezembro de 2004 10/12/04
- Portaria Nº 194, de 22/12/2006 22/12/06
- Portaria Nº 121, de 30 de Setembro de 2009
- Portaria Nº 145, de Janeiro de 2010

Fontes: MTE (2008). Equipamentos de Proteção Individual - EPI. MTE. Página visitada em 08/03/2008.

**5.5.10 Diretrizes orçamentárias:** Como valores de referência para a elaboração de orçamentos dos processos de educação profissional são adotadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CODEFAT nº 666, de 26 de maio de 2011. Assim, considera-se como valor base para o cálculo da hora aula/aluno a quantia de R\$ 4,62 (quatro reais e sessenta e dois centavos), o que significa um custo unitário de R\$ 591,36 (quinhentos e noventa e um centavos e trinta e seis centavos) por participante das atividades formativas (R\$ 4,62 x 128 horas).

A este valor de referência unitário para as atividades de formação deverão ser adicionados os valores correspondentes à aquisição de Equipamentos de Proteção Individuais, tendo-se como base o montante de R\$ 100,00 (cem reais) por participante das atividades.

Dessa maneira, o valor de referência para cada participante das atividades de formação atinge o montante de R\$ 691,36 (seiscentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos).

Atuação	Meta	Capacitação	Oficinas	EPI	Plano rede	Seminários estaduais
Mato Grosso	200	88.704,00	29.568,00	20.000,00	56.000,00	36.800,00
Rio de Janeiro	400	177.408,00	59.136,00	40.000,00	112.000,00	36.800,00

**5.5.11 Assistência Técnica:** Concomitante ao processo de formação/qualificação social dos catadores de materiais recicláveis delineia-se no presente Termo de Referência a ação de assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, para as quais serão disponibilizados recursos destinados à seleção e contratação de técnicos e especialistas para a realização de assessoramento técnico aos empreendimentos econômicos solidários que participam das ações de formação.

As áreas prioritárias para o assessoramento técnico envolvem desde a formalização dos empreendimentos, efetivação dos direitos sociais dos catadores, gestão de empreendimentos econômicos solidários, contabilidade e finanças para a autogestão, logística e tecnologia social para a reciclagem de materiais, relações interpessoais, comercialização dos produtos etc.

A definição das áreas prioritárias dos empreendimentos a serem atendidas pelos técnicos/especialistas que atuarão no âmbito das ações de assistência técnica deverá ser realizada nos dois primeiros módulos das atividades de formação/qualificação social e profissional, por meio de um diagnóstico participativo que indique os problemas prioritários a serem enfrentados.

Os profissionais a serem contratados para a realização de assessoria técnica aos empreendimentos serão selecionados por meio de processo seletivo simplificado (currículo e entrevista).

Não poderão ser contratados para a realização de assessoria técnica os membros permanentes da equipe das instituições executoras, os trabalhadores/as dos empreendimentos beneficiados das ações ou membros dos quadros de direção das cooperativas/associações de catadores.

A quantidade de horas/mês de assessoria por Unidade da Federação segue o percentual de catadores/educandos dos cursos de formação/qualificação social e profissional estabelecidos pelo presente Termo de Referência, resultando na seguinte distribuição:

<b>Estado</b>	<b>Ass.Téc.</b>	<b>Valor Hora</b>	<b>Hora/UF/Mês</b>
Mato Grosso	58.730,00	60,00	978,83
Rio de Janeiro	117.460,00	60,00	1.957,66

Desta maneira, o quadro consolidado da **Modalidade A**, compreendendo as ações de qualificação social e profissional e assessoria técnica aos empreendimentos, ficou assim delineado:

Nº	Região	Estado	Educandos	Formação	Ass.Téc.	Total
1	Centro Oeste	Mato Grosso	200	238.600,00	58.730,00	297.330,00
2	Sudeste	Rio de Janeiro	400	477.200,00	117.460,00	584.660,00

## 6. DA MODALIDADE “B” – LOGÍSTICA SOLIDÁRIA

Compreende Processos sistemáticos de formação/qualificação social e profissional dos catadores/as de materiais recicláveis, referenciados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários dos quais participam, contemplando a capacitação dos catadores e suas lideranças, com foco em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, visando potencializar os resultados dos investimentos nos empreendimentos:

- Capacitação dos catadores e suas lideranças, com foco em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, visando potencializar os resultados dos investimentos nos empreendimentos:

Formação 1.200 (um mil e duzentos) catadores em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede - módulo de formação de 20 horas;

- Formação das 168 (cento e sessenta e oito) lideranças dos empreendimentos contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 - FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-Senaes, em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede - módulo da formação de aprox. 80 horas;
- Realização de 2 (dois) Encontros Estaduais, que consistem na realização de um processo de debate sobre Logística, atuação em Rede, benefícios e oportunidades advindas da a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com representantes dos empreendimentos contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 - FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-Senaes.

**6.1 - Da abrangência geográfica das propostas MODALIDADE “B” LOGÍSTICA SOLIDÁRIA:** As atividades formativas e de assessoramento técnico serão implantadas no Estado de Minas Gerais.

**6.2 Dos aspectos formais das propostas:** Nas propostas a serem apresentadas, a instituição proponente deverá indicar, quando for o caso, as cidades de origem dos beneficiários, as cidades onde as atividades serão realizadas e a listagem preliminar dos empreendimentos econômicos solidários que serão beneficiários das ações.

As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:

- I - descrição do objeto a ser executado;
- II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;
- III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pela contratante e a contrapartida prevista, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em Lei;
- IV - previsão de prazo para a execução; e
- V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.
- VI - a descrição das metas, atividades, metodologia e cronograma de execução, considerando os objetivos específicos do item 1.2 deste Termo de Referência.

**OBS:** A Fundação Banco do Brasil disponibilizará os modelos padrão a serem utilizados na formulação da proposta.

**6.3. Público Prioritário:** Para as ações de formação/qualificação social e profissional, o público será constituído, prioritariamente, pelos catadores e catadoras integrantes dos empreendimentos econômicos solidários, formais ou informais contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 - FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-Senaes.

**6.4 Sistematização do Processo Formativo:** No âmbito das ações de formação com os catadores de materiais recicláveis, o processo de sistematização é compreendido como parte do percurso formativo e como alimentador sistemático de ações socioeconômicas, políticas e culturais. Trata-se de um processo pedagógico

que parte da construção coletiva de novos conhecimentos, propiciando conhecimentos organizados, analíticos e críticos sobre as experiências.

Neste sentido, espera-se que as instituições executoras integrem, aos projetos e planos de trabalho, ações para que sejam realizadas as seguintes atividades:

- a) Desenvolvimento e sistematização de conteúdos para serem socializados por meio de publicações específicas;
- b) Desenvolvimento e sistematização de metodologias de formação/qualificação social e profissional específicas para o segmento dos catadores; e
- c) Desenvolvimento e sistematização das tecnologias sociais adequadas à organização e à cultura dos catadores de materiais recicláveis, tendo em vista a identificação e multiplicações de soluções práticas para o processo produtivo dos empreendimentos.

## **6.5. Percurso Formativo**

**6.5.1** As atividades de formação/qualificação social e profissional serão desenvolvidas por intermédio de momentos presenciais (cursos temáticos) e atividades complementares à distância, assumindo-se, nesta perspectiva, os princípios da Pedagogia da Alternância. O percurso formativo deverá contemplar a carga-horária mínima de 20 horas-aula, para formação de catadores em Logística na utilização de caminhões e na atuação em Rede de 1.200 (um mil e duzentos) catadores, 80 horas-aula para formação das 168 (cento e sessenta e oito) lideranças em Logística, com foco na utilização dos caminhões, e em atuação em Rede, além dos encontros estaduais que consistem na realização de um processo de debate sobre Logística, atuação em Rede, benefícios e oportunidades advindas da a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com representantes dos empreendimentos contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 - FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE – Senaes.

**6.5.2** Os momentos presenciais com os 1.200 (hum mil e duzentos) catadores serão desenvolvidos em 01 (um) módulo, com 20 horas-aula, devendo abordar temas voltados para formação dos catadores de materiais recicláveis em Logística, atuação



em Rede, ambas com foco na utilização dos caminhões e envolvendo temas, tais como :

- Gestão, logística reversa, coleta em grandes geradores;
- Redes de cooperação solidárias;
- Democracia, poder e gestão social;
- Logística da coleta seletiva.

**6.5.3** Os momentos presenciais com os 168 (cento e sessenta e oito) catadores serão desenvolvidos em, mínimo 05 (cinco) módulos, com 16 horas-aula, devendo abordar temas voltados para formação dos catadores de materiais recicláveis em Logística, atuação em Rede, ambas com foco na utilização dos caminhões e envolvendo temas, tais como :

- Gestão, logística reversa, coleta em grandes geradores;
- Redes de cooperação solidárias;
- Democracia, poder e gestão social;
- Logística da coleta seletiva.

Os temas dos Módulos deverão levar em consideração a realidade local, as necessidades e expectativas dos atores, o diagnóstico dos segmentos produtivos envolvidos, o perfil da população e a perspectiva de desenvolvimento do território, os desafios e potencialidades das organizações sociais e produtivas dos catadores identificados no território.

**6.5.4 Referências Metodológicas – Pedagogia da Autogestão:** Para o campo da economia solidária, a SENAES elaborou, em 2005, o Termo de Referência em Economia Solidária para o PNQ (2003-2007), apresentando os horizontes metodológicos e curriculares para as ações de qualificação dos trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos solidários.

No âmbito dos atores da economia solidária, o debate sobre a educação/formação dos trabalhadores/as avançou para um conjunto de diretrizes políticas e metodológicas que foram sistematizadas na 1ª Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária (MTE, 2006), contemplando os seguintes eixos:

- Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores/as envolvidos nos atos formativos autogestionários: valorização dos/as trabalhadores/as da economia solidária como pessoas dotadas de saberes e identidades socialmente construídas, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero.
- Valorização dos acúmulos, da diversidade e da pluralidade de iniciativas de formação em Economia Solidária: reconhecimento das diversas experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária e da educação popular, favorecendo a articulação e o intercâmbio dessas iniciativas de organização da sociedade civil, das universidades, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos.
- Gestão participativa: participação ativa e consciente de representantes da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de fomento e assessoria e de rede de gestores públicos) na coordenação e na concepção político pedagógica dos CFES.
- Educação Popular: o processo de formação em economia solidária deve ser orientado pelos fundamentos, princípios, práticas e metodologias da educação popular, o que requer intercâmbio com organizações e redes que se constituem a partir dessa perspectiva educativa.
- Pedagogia da Alternância: deverão ser resgatados e valorizados os acúmulos da “pedagogia da alternância”, que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais.
- Intersetorialidade e complementaridade: articulação com outras ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: assessoria, incubação, assistência técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à ES, crédito e finanças solidárias etc.

Desta forma, a qualificação social e profissional é compreendida como uma “construção social” que expressa os conflitos inerentes aos mundos do trabalho e, portanto, como um campo de negociação entre os diversos atores sociais, tendo por

objetivo o desenvolvimento estratégico em todos os níveis territoriais, articulando sustentabilidade social e ambiental. A qualificação profissional é entendida, nesta perspectiva, como elemento de ampliação da cidadania ativa, parte do processo de democratização do país e como um movimento cultural e ético que transforme as relações sociais e intersubjetivas.

A partir da integração “trabalho, educação e desenvolvimento”, a qualificação social e profissional em economia solidária deve almejar a promoção de ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, inserida em um contexto emancipatório de inclusão e empoderamento. Esta dimensão pedagógica e metodológica afirma a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social.

Neste sentido, a metodologia para a qualificação social e profissional voltada para os trabalhadores/as da economia solidária, ou pedagogia da autogestão, precisa contemplar as seguintes diretrizes:

- Orientação pedagógico-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;
- Projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educandos uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- Construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sócio-política, metodológica e ético-cultural;
- Projeto de sistematização das atividades formativas.

**6.5.5 Material Didático:** As atividades de formação/qualificação social e profissional em economia solidária em geral, e para o segmento dos catadores em particular, devem levar em consideração as diferentes formas de linguagens que articulam o tecido social. Desde a fala, o diálogo, a escuta, as expressões artísticas em geral, a linguagem midiática, informacional etc.

As atividades formativas devem ser acompanhadas de materiais didáticos, coerentes com o percurso pedagógico adotado para a qualificação social e profissional dos empreendimentos participantes da ação. A esse respeito, considera-se que a construção do material didático de referência seja efetivada com a participação dos atores envolvidos, estando presente na pauta dos momentos de Formação de Formadores, ou por meio da realização de mini-oficinas para a elaboração do material didático.

Deve-se, igualmente, compreender os materiais didáticos como instrumentos que devem ser avaliados no processo de execução das atividades, lançando-se mão de quantos recursos forem necessários para possibilitar a efetividade do processo formativo. A construção do material didático para as ações de formação/qualificação social e profissional dos catadores de materiais recicláveis deverão garantir:

- a) a pertinência e coerência com os parâmetros e princípios político pedagógicos;
- b) a qualidade editorial, observadas as normas de revisão textual e de direitos autorais em qualquer mídia (impressos, CD, DVD etc.); e
- c) a diversidade dos materiais, privilegiando a diversidade de mídias e linguagens.

Espera-se, finalmente, que todos os materiais ou recursos pedagógicos elaborados e utilizados no âmbito das ações definidas pelo presente Termo de Referência atentem para as questões de gênero, raça, etnia etc., enquanto instrumentos democráticos de inclusão social e cidadã. Igualmente, espera-se observância à cultura regional, suas formas características de expressão artística e simbólica.

**6.5.6 Diretrizes orçamentárias:** Como valores de referência para a elaboração de orçamentos dos processos de educação profissional são adotadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CODEFAT nº 666, de 26 de maio de 2011. Assim, considera-se como valor base para o cálculo da hora aula/aluno a quantia de R\$ 4,62 (quatro reais e sessenta e dois centavos), o que significa um custo unitário de R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) por participante das atividades formativas (R\$ 4,62 x 100 horas).

Atuacao	Meta	Capacitação gestores	Capacitação catadores	Seminários estaduais	Total
Minas Gerais	1200	62.092,80	110.880,00	36.800,00	209.772,80

## 7. DA MODALIDADE “C”

Assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE–Senaes, com foco específico em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, contemplando, dentre outras, as atividades de coleta, transporte e comercialização de material reciclável.

**7.1 Da abrangência geográfica das propostas MODALIDADE “C”:** As Redes, formais e/ou informais e as cooperativas singulares, empreendimentos econômicos solidários dos catadores de materiais recicláveis, contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE–Senaes, estão distribuídos em nove Estado da Federação a saber:

Nº	Região	Estado
1	Sul	Paraná
2		Rio Grande do Sul
3	Sudeste	Minas Gerais
4		Rio de Janeiro
5		São Paulo
6	Centro Oeste	Distrito Federal
7	Norte	Rondônia
8	Nordeste	Bahia
9		Ceará
Total		

**7.2 Dos aspectos formais das propostas:** Nas propostas a serem apresentadas, a instituição proponente deverá indicar, quando for o caso, as cidades de origem dos beneficiários, as cidades onde as atividades serão realizadas e a listagem preliminar dos empreendimentos econômicos solidários que serão beneficiários das ações.

As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:

I - descrição do objeto a ser executado;

II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pela contratante, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em Lei;

IV - previsão de prazo para a execução; e

V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.

VI - a descrição das metas, atividades, metodologia e cronograma de execução, considerando os objetivos específicos do item 1.2 deste Termo de Referência.

**OBS:** A Fundação Banco do Brasil disponibilizará os modelos a serem utilizados na formulação da proposta.

**7.3. Público Prioritário:** Para as ações de Assistência Técnica, com foco específico em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, contemplando, dentre outras, as atividades de coleta, transporte e comercialização de material reciclável o público será constituído, prioritariamente, pelos empreendimentos econômicos solidários dos catadores e catadoras que compõem as Redes, formais e/ou informais e das cooperativas singulares contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 - FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-Senaes.

**7.4 Assistência Técnica:** A assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, com foco específico em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, compreende o processo de formação/qualificação social dos catadores de materiais recicláveis delineado neste presente Termo de Referência e contempla, dentre outras, as atividades de coleta, transporte e comercialização de material reciclável, para as quais serão disponibilizados recursos destinados à seleção e contratação de técnicos e especialistas para a realização de assessoramento técnico aos empreendimentos econômicos solidários que participam do Projeto Cataforte – Logística Solidária.

Os profissionais a serem contratados para a realização de assessoria técnica aos empreendimentos serão selecionados por meio de processo seletivo simplificado (currículo e entrevista);

Não poderão ser contratados para a realização de assessoria técnica os membros permanentes da equipe das instituições executoras, os trabalhadores/as

dos empreendimentos beneficiados das ações ou membros dos quadros de direção das cooperativas/associações de catadores.

A quantidade de horas/mês de assessoria por Unidade da Federação será definida tão logo concluída a formalização dos convênios para aquisição dos caminhões, estando prevista distribuição de 32.000 (trinta e duas mil horas) com alocação mínima de 600 horas técnicas por rede.

**7.5. Dos aspectos formais das propostas:** Nas propostas a serem apresentadas, a instituição proponente deverá indicar, quando for o caso, as cidades de origem dos beneficiários, as cidades onde as atividades serão realizadas e a listagem preliminar dos empreendimentos econômicos solidários que serão beneficiários das ações.

As propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios:

- I - descrição do objeto a ser executado;
- II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;
- III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pela contratante e a contrapartida prevista, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em Lei;
- IV - previsão de prazo para a execução; e
- V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.
- VI - conter a descrição das metas, atividades, metodologia e cronograma de execução, considerando os objetivos específicos do item 1.2 deste Termo de Referência.

## **8. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS**

Para a execução das ações previstas nesse Termo de Referência, a Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB,

firmará Termos de Contrato com as instituições selecionadas considerando as condições a seguir especificadas.

**8.1 – Recursos disponíveis:** No âmbito desse Termo de Referência serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R\$ 3.011.762,80 (três milhões, onze mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos), originários do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB.

**8.1.1 – Valores de referência para a Modalidade “A”** Processos sistemáticos de formação/qualificação social e profissional e Assessoria Técnica:

Nº	Região	Estado	Educandos	Formação	Ass.Téc.	Total
1	Centro Oeste	Mato Grosso	200	238.600,00	58.730,00	297.330,00
2	Sudeste	Rio de Janeiro	400	477.200,00	117.460,00	584.660,00
Total						881.990,00

**8.1.2 Valores de referência para a Modalidade “B” LOGÍSTICA SOLIDÁRIA -** Capacitação dos catadores e suas lideranças, com foco em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, visando potencializar os resultados dos investimentos nos empreendimentos:

- Formação de catadores em Logística e atuação em Rede com foco na utilização dos caminhões 1.200 ( um mil e duzentos) catadores– módulo de formação de aprox. 20 horas);
- Formação das 168 (cento e sessenta e oito) lideranças em Logística, com foco na utilização dos caminhões, e em atuação em Rede (módulo da formação de aprox. 80 horas);
- Realização de 2 (dois) Encontros Estaduais, que consistem na realização de um processo de debate sobre Logística , atuação em Rede, benefícios e oportunidades advindas da a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Atuacao	Meta	Capacitação gestores	Capacitação catadores	Seminários estaduais	Total
Minas Gerais	1200	62.092,80	110.880,00	36.800,00	209.772,80
Total					209.772,80

**8.1.3 Valores de referência para MODALIDADE “C” –:** Assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores, contemplados no Edital de Chamamento Público nº 01/2011 – FBB/PETROBRAS/BNDES/tem – Senaes, com



foco específico em Logística na utilização de caminhões e na Atuação em Rede, contemplando, dentre outras, as atividades de coleta, transporte e comercialização de material reciclável, com recursos totais da ordem de até R\$ 1.920.000,00 (um milhão novecentos e vinte mil reais) para contemplar aproximadamente 37 (trinta e sete) redes nos estados listados abaixo, contemplando cada rede com no mínimo 600 (seiscentas) horas de assessoria técnica.

Nº	Região	Estado
1	Sul	Paraná
2		Rio Grande do Sul
3	Sudeste	Minas Gerais
4		Rio de Janeiro
5		São Paulo
6	Centro Oeste	Distrito Federal
7	Norte	Rondônia
8	Nordeste	Bahia
9		Ceará

## 9 – DESPESAS FINANCIÁVEIS:

Nas propostas a serem apresentadas no âmbito deste Termo de Referência, poderão ser previstas despesas qualificadas como:

- a) De custeio: material de consumo (inclusive material didático); serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica); serviços de consultoria; passagens e despesas com locomoção; diárias; e outros itens considerados como custeio pela lei orçamentária.
- b) As despesas deverão ser detalhadas de forma clara e objetiva, informando o valor unitário e o montante geral de cada item relacionado às metas e respectivas etapas, de acordo com as diretrizes orçamentárias constantes deste Termo de Referência;
- c) No que se refere a pagamento de diárias para membros da equipe técnica e/ou beneficiários da proposta, os valores máximos a serem concedidos devem observar o disposto no Decreto nº 5.992 de 19/12/2006 e Decreto nº 5.554, de 04/10/2005 e alterações;
- d) As instituições selecionadas na presente Termo de Referência poderão contratar equipes com a atribuição de coordenação político-pedagógica, apoio técnico, instrutores/formadores e assessorias técnicas, conforme descrição a seguir:
  - i. Assessoria Pedagógica (01 pessoa): com atribuições relativas à formulação, execução e acompanhamento dos processos formativos

estaduais, na execução de metas nas atividades de formação em consonância com as ações de assistência técnica;

- ii. Apoio técnico (01 pessoa): assume atividades técnicas, conforme as necessidades da execução das ações; e
- iii. Instrutores/Formadores e Assessorias Técnicas: que realizam as atividades formativas, planejam e acompanham as atividades complementares, promovem a assessoria técnica aos empreendimentos e elaboram a sistematização desse processo.

## **10 – Despesas não financiáveis.**

Não poderão ser financiadas com recursos repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

- a) Despesas de capital;
- b) Despesas caracterizadas como de subvenção ou de doação a pessoa física, tais como: pagamento de bolsas, cestas básicas etc.;
- c) Despesas com pagamento de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa;
- d) Despesas com serviços de consultoria ou assistência técnica pagos a militar, servidores públicos da ativa ou empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- e) Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;
- f) Compras de ações, debêntures ou outros valores mobiliários;
- g) Despesas com financiamento de dívida;
- h) Despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- i) Despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que não contenham nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou pessoas, servidores ou não, das instituições proponentes.

## **11. – DAS PARCELAS DO DESEMBOLSO**

Os pagamentos serão realizados posteriormente à realização, entrega e comprovação da execução dos produtos que forem contratados pela Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB, conforme especificações no respectivo Termo de Contratação.



- c) No envelope também deverão ser apresentados os insumos documentais que permitam uma melhor apreciação dos critérios de julgamento das propostas tais como: declarações, certificados, relatórios, dentre outros que permitam comprovar a veracidade das informações prestadas e;
- d) CD-ROM com cópia digital das propostas.

**13.3** – Após o prazo limite para apresentação das propostas estipulado no item 15.1 deste Termo de Referência, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pelo Comitê Técnico Executivo do Convênio MTE/Senaes nº 003/2007 - FBB.

## **14. HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS**

**14.1 – Habilitação.** Esta etapa é eliminatória e consiste no exame formal da proposta segundo os requisitos obrigatórios definidos neste Termo de Referência, conforme segue:

- a) Verificação do atendimento dos critérios de elegibilidade da instituição proponente, conforme as exigências estabelecidas no item 4 deste Termo de Referência;
- b) Verificação do envio da documentação prevista no item 13.2 deste Termo de Referência; e
- c) Verificação da adequação da proposta aos objetivos e características do presente Termo de Referência, conforme estabelecidos nos Itens: 1 (Objeto); 5.2 (Dos aspectos formais das propostas); 6.2 (Dos aspectos formais das propostas) e 7.2 (Dos aspectos formais das propostas), respectivamente.

**14.2 – Avaliação de Mérito.** Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, o Comitê Técnico Executivo instituído no âmbito do Convênio 03/2007 MTE/SENAES-FBB, composto por analistas do MTE/SENAES e da FBB, analisará o mérito das propostas pré-qualificadas, considerando quando for o caso:

- a) Será analisada a adequação da proposta apresentada ao objeto da parceria, inclusive quanto aos custos, cronograma e resultados previstos;
- b) Na análise de mérito o Plano de Trabalho será analisado quanto à sua viabilidade e adequação aos objetivos do programa;
- c) Será avaliada a qualificação técnica e a capacidade operacional da proponente

para execução do objeto e gestão do instrumento de contrato, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade repassador de recursos.

- d) Além da plena observância dos pressupostos estabelecidos neste Termo de Referência, as propostas serão analisadas e classificadas por pontos obtidos, conforme os critérios descritos nas tabelas abaixo:

**P1 – Critérios de Avaliação da qualificação técnica, da experiência institucional e da capacidade operacional da proponente:**

Item solicitado	Pontos	Peso
a. Histórico e experiência acumulada na execução de atividades formativas ou de educação popular, preferencialmente se já apresentar atuação com formação em economia solidária	0 a 3 (um ponto por comprovação)	3
b. Histórico e experiência acumulada em assessoria técnica a (ou incubação de) empreendimentos econômicos solidários	0 a 3 (um ponto por comprovação)	3
c. Experiência acumulada de, no mínimo, 3 (três) anos de atuação com Economia Solidária ou com o público catador de material reciclado	0 a 3 (um ponto por comprovação)	2
d. Produção documental e bibliográfica relativas a sistematização de processos formativos (conteúdos e metodologias) desenvolvidos pela instituição	0 a 3 (um ponto por comprovação)	2
e. Experiência acumulada na elaboração e gestão de projetos e convênios	0 a 3 (um ponto por comprovação)	3
f. Relações institucionais com as organizações reconhecidas dos catadores de materiais recicláveis, comprovadas por meio de declaração	0 a 3 (um ponto por comprovação)	2
g. Capilaridade institucional (áreas e abrangência de atuação) considerando os estados e regiões abrangidas pelas ações de formação e assistência técnica	0 a 3 pontos	1
h. Infraestrutura disponível (espaço físico e equipamentos)	0 a 3 pontos	2
i. Qualificação da Equipe Institucional	0 a 3 pontos	2
<b>Pontuação Máxima</b>		<b>60</b>

**P2 – Critérios de avaliação da estrutura técnica e metodológica da proposta:**

Item solicitado	Pontos	Peso
a. Aderência da propostas aos objetivos e diretrizes do Termo de Referência e Especificações Complementares	0 a 3 pontos	3
b. Proposta metodológica para o desenvolvimento das ações de formação e/ou assistência técnica para os empreendimentos econômicos solidários dos catadores de materiais recicláveis	0 a 3 pontos	3
c. Proposta de percurso formativo e orientação curriculares para as atividades formativas	0 a 3 pontos	2
d. Aderência e adequação da proposta orçamentária para execução das ações	0 a 3 pontos	2
<b>Pontuação Máxima</b>		<b>30</b>

- e) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida nos itens “a” até o “f”, está condicionada à comprovação documental de todos os itens a serem analisados, que deverá ser remetida pela entidade proponente junto com o

Plano de Trabalho, através de: declarações; certificados; relatórios; publicações ou outros que forem julgados pertinentes.

- f) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida no item “g” (capilaridade institucional), está condicionada à comprovação de atuação institucional da proponente na respectiva UF, considerando o número de microregiões, territórios e municípios onde atua.
- g) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida no item “h” (infraestrutura disponível), está condicionada à comprovação de disponibilidade da instituição de espaço físico e equipamentos que deverão ser relacionados no plano de trabalho.
- h) A obtenção da pontuação em **P1**, acima referida no item “i” (qualificação da equipe técnica), está condicionada à comprovação, por meio de currículos de vida da equipe da instituição proponente, sendo considerados os critérios de grau de escolaridade, de formação específica e de experiência acumulada na área do objeto do presente Termo de Referência.
- i) Ressalvadas as hipóteses onde no próprio item estão discriminados os critérios de pontuação, a atribuição da pontuação de 0 a 3 pontos em **P2** corresponderá:
  - i. 0 pontos – Informações inexistentes ou insuficientes, ou não adequadas para o entendimento do item solicitado, ou ainda atividades propostas não factíveis;
  - ii. 1 ponto – Informações suficientes para o entendimento do item solicitado, entretanto apresentadas de forma pouca clara ou inadequada;
  - iii. 2 pontos – Informações suficientes para o entendimento do item solicitado, apresentadas de forma clara e adequada, porém com erros relativos a informações do item; e
  - iv. 3 pontos – Informações suficientes e claras para o entendimento do item proposto, apresentadas de formada organizada e com informações completas e corretas.

**14.3 - Pontuação Final – PF:** a pontuação final será dada pelo somatório obtido em cada uma das tabelas anteriores ( $PF = P1 + P2$ ). A proposta que obtiver pontuação final menor que 45 (quarenta e cinco) pontos será desclassificada.

**14.4 - Critérios de desempate:** maior pontuação obtida na tabela P1.

**14.5 – Ordem de classificação:** as propostas selecionadas serão classificadas em ordem decrescente.

**14.6 –** Nos termos do Artigo 22, §1º da Portaria Interministerial nº 127/08, após a análise técnica do projeto, poderá ser comunicada ao conveniente qualquer irregularidade ou imprecisão no Plano de Trabalho, que deverá ser sanada no prazo de 05 (cinco) dias corridos, sob pena de desistência no prosseguimento do processo.

## **15. PRAZOS**

### **15.1 – Prazos do processo de seleção das propostas:**

Lançamento do Termo de Referência	<b>29/11/2011</b>
Data final para envio da proposta e documentação complementar	<b>14/12/2011</b>
Divulgação dos Resultados	<b>21/12/2011</b>
Prazo para interposição de eventual recurso voluntário, no caso de irrisignação por parte dos proponentes em relação ao resultado da seleção.	<b>28/12/2011</b>
Prazo para impugnação dos recursos interpostos	<b>04/01/2011</b>
Publicação do resultado final	<b>09/01/2012</b>

**15.1.1 –** O prazo para a interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da divulgação do resultado na página do sítio oficial da FBB;

**15.1.2 -** Os recursos apenas poderão ser propostos em meio físico e deverão ser entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente e encaminhados para a Comissão de Seleção do presente Termo de Referência, no seguinte endereço:

<p><b>FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL</b> Diretoria de Trabalho e Renda <b>TERMO DE REFERÊNCIA - CATADORES</b> S.C.N. Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One, 10º Andar CEP 70711-900 - Brasília (DF) - Brasil</p>
--

**15.1.3 –** Não será aceito recurso via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

**15.1.4 –** O prazo para impugnação dos recursos interpostos é de 05 (cinco) dias úteis;

**15.2 – Prazo de Validade:** o presente Termo de Referência terá validade de 12 meses.

**15.3 – Prazo de Execução:** o prazo de execução dos projetos será de até 09 (nove) meses.

**15.4 – Divulgação dos Resultados:** os resultados finais serão divulgados na página da Fundação Banco do Brasil ([www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br)) e do Ministério do Trabalho e Emprego ([www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)) e informado através de carta às instituições selecionadas.

## **16. DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

As condições para a celebração do contrato e liberação dos recursos são definidas pela Fundação Banco do Brasil e aprovadas pela SENAES/MTE, conforme o “Manual de Orientações às Entidades Proponentes – Convênio nº 03/2007 MTE/SENAES- FBB” em Anexo II.

## **17. DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO.**

- a) O inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas pela CONTRATADA ou, ainda, a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado pela CONTRATADA, constituem motivos para a rescisão do contrato que vier a ser celebrado com a Fundação Banco do Brasil.
- b) Além dos motivos elencados no item “a”, o contrato poderá ser rescindido pelos Partícipes, observado, ainda, no que couberem, as disposições da Lei. nº. 8.666/1993.
- c) O contrato que vier a ser celebrado poderá ser denunciado a qualquer tempo pelos partícipes, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o Contrato, e dos produtos entregues.

## **18 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1 – Publicação do Termo de Referência.** Este Termo de Referência e seus Anexos serão divulgados na primeira página do sítio oficial da Fundação Banco do Brasil e do Ministério do Trabalho e Emprego.

**18.2 - Acompanhamento e Avaliação.** O acompanhamento técnico e financeiro dos



projetos apoiados será realizado pela Fundação Banco do Brasil e pelo Comitê Técnico Executivo do Convênio nº 03/2007 MTE/SENAES - FBB, podendo ser complementado com visitas de acompanhamento, reuniões técnicas ou outros mecanismos, a critério da SENAES/MTE.

**18.3 – Revogação ou Anulação do Termo de Referência.** A qualquer tempo, o presente Termo de Referência poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**18.4 – Casos Omissos.** O Comitê Técnico Executivo, estabelecido no âmbito do Convênio MTE/SENAES nº 003/2007 – FBB, reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Termo de Referência.

**18.5 – Relação de Anexos.** Constituem anexos do Termo de Referência, dele fazendo parte integrante:

- Anexo I – Modelo de Proposta da Fundação Banco do Brasil
- Anexo II – Manual de Orientações às Entidades Proponentes – Convênio nº 03/2007 MTE/SENAES- FBB;

**18.6 -** Esclarecimentos acerca do conteúdo deste Termo de Referência poderão ser obtidos por e-mail – [fundacaobancodobrasil@fbb.org.br](mailto:fundacaobancodobrasil@fbb.org.br) ou pelos telefones (61) 3104-4641 com Paulo Henrique ou 3104-4644 com Júlio.

Brasília, 29 de novembro 2011

**Jorge Streit**  
Presidente da Fundação Banco do Brasil